

Política externa *Sinda*

■ Carlos Conde

Delfim fica, mas o Itamaraty participa

O presidente João Figueiredo deve receber, do seu vice-presidente Aureliano Chaves, sugestão no sentido de nomear «um diplomata de reconhecida competência e experiência internacional» para conduzir, como principal encarregado, as negociações no exterior, a respeito da dívida externa brasileira. Essa era a informação que o noticiário de ontem estampava nos jornais.

As indicações são de que o Presidente da República titular, que logo reassumirá seu posto, não aceitará, nesses termos, o conselho do vice que esteve no exercício da Presidência. No mesmo instante em que a idéia de Aureliano aparecia nos jornais o presidente João Figueiredo, ainda de Cleveland, garantia que não alteraria nem o rumo de seu Governo, nem a equipe, fiado na certeza de que «no meio de uma tempestade não se muda tripulação».

A idéia do mineiro Aureliano Chaves, que procurou com êxito firmar-se como um presidenciável cotado, está embutida em estudo que encaminhará ao presidente Figueiredo, no qual há uma natural preocupação com os entendimentos que dizem respeito à dívida externa brasileira.

As restrições de Aureliano Chaves à forma como a dívida externa vem sendo negociada apóiam-se sobre algumas premissas conhecidas. A primeira delas é a da notória incompatibilidade pessoal e política entre Aureliano e o czar da linha econômica brasileira, o superministro Delfim Netto. As discordâncias são tão evidentes que toda vez que Aureliano precisou, mesmo por breves momentos, substituir o presidente João Figueiredo, Delfim arrumou providenciais viagens ao exterior.

Um segundo ponto é que Aureliano está convencido de que a negociação tanto com o FMI, como com os bancos privados internacionais, tem sido mal encaminhada. Ele esperaria, por isso, que Delfim fosse substituído senão no cargo pelo menos na prerrogativa de ser, do lado brasileiro, o principal mentor dos entendimentos para ajustar o pagamento da dívida externa às nossas reais possibilidades. Foi nesse sentido que ele resolveu propor, a Figueiredo, a designação de um diplomata de «reconhecida competência e experiência internacional», integrando o Itamaraty à equipe que negocia esse item vital da vida brasileira neste momento. O tema, aliás, foi objeto de nossos dois últimos artigos nesta coluna.

Dizemos que a sugestão de Aureliano não será aceita por Figueiredo, pelo menos nos termos formulados, por duas razões fundamentais. A primeira é que, para entregar a um diplomata o comando das negociações, Figueiredo teria que mandar Delfim Netto passear. Não foi o que ele disse em Cleveland. A segunda hipótese seria a manutenção de Delfim no Ministério e na equipe econômica, mas a delegação, do comando das operações com governos, o FMI e os bancos privados internacionais, ao Itamaraty como instituição ou a um diplomata designado pelo chanceler Saraiva Guerreiro, em comum acordo com o Presidente da República. Se a ambição de poder de Delfim é a que se conhece e a textura do seu estômago não é diferente da que se imagina uma tal possibilidade só poderia ser compatível com sua saída. Já então não por iniciativa do Presidente, mas dele próprio.

Nem a primeira nem a segunda alternativas deverão ficar configuradas e, sim, uma terceira, que não estava na formulação ou pelo menos na preferência do vice-presidente Aureliano Chaves, então no exercício da Presidência. Essa terceira hipótese é uma participação limitada do Itamaraty nas negociações relativas à dívida externa.

Diga-se, mais uma vez, a bem da verdade, que o Itamaraty nunca esteve muito ansioso para entrar nessa canoa furada. Não seria justo, para dizer o menos, que a chancelaria de repente assumisse as responsabilidades de massa falida para a qual não contribuiu, em nenhum momento e de nenhuma forma. Além disso, seria incompatível, para o Itamaraty, participar de uma negociação a partir de métodos tão estranhos, tão incompetentes, como tem ocorrido até agora. E tão pouco sérios. Até para preservar sua imagem de seriedade, que é interna e externa, a chancelaria gostaria de entrar nessa «fria» em outros termos. Ou seja, se seu ingresso fosse feito pela mão e sob o comando do presidente Figueiredo, de um lado. De outro lado, com um papel previamente determinado.

E essa parece a alternativa capaz de prosperar, já então com o presidente Figueiredo segurando firme o comando. Isto é, o aparecimento do Itamaraty em cena, na negociação da dívida externa, teria um sentido de participação, não de substituição do papel que a área econômica vem desempenhando, e a nosso ver está desempenhando mal. Outra coisa: a entrada da chancelaria nesse palco seria resultante menos de uma nova tendência do Governo, estimulada pelos conselhos de Aureliano Chaves, e mais pela exigência dos fatos. Os sintomas, bem claros, são de que cada vez mais governos estrangeiros passarão a agir, direta ou indiretamente, nas negociações para compor o pagamento da dívida. E o Governo não desejaria desperdiçar, como tem feito até agora, os bons ofícios da Casa de Rio Branco, que até por dever de ofício sabe lidar com governos alienígenas. Em três palavras, o esquema seria este, já se pensando em ir ao Clube de Paris: Delfim fica, o Itamaraty entra e Figueiredo comanda.